

Economia

preocupa

o Senado

Da sucursal de
BRÁSILIA

A julgar pelos discursos proferidos diariamente em plenário, o Senado não parece ter interesse pelo debate do problema sucessório e muito menos pela análise dos nomes já anunciados como "presidenciáveis", nem mesmo depois que o general João Figueiredo passou a ouvir governadores sobre o tema.

Concentrado nos assuntos econômicos e empenhado na apuração das constantes denúncias de atos de corrupção no governo, o Senado só não se distancia completamente dos assuntos eleitorais porque os oposicionistas continuam defendendo a tese do restabelecimento do pleito direto para presidente da República.

Ao contrário da apatia em relação aos temas sucessórios, são praticamente diários os discursos de análise da crise econômica, desdobrados em dois grandes troncos: a dívida externa e a questão salarial. Esta consegue sensibilizar não apenas os oposicionistas, suscitando controvérsias também entre dos representantes do governo, muitos deles propensos a votar contra o Decreto-lei 2045, que limita os reajustes semestrais a 80% do INPC.

PROPOSTAS

No segundo semestre, as preocupações dos senadores com os problemas econômicos levaram as lideranças oposicionistas a formular propostas concretas, como a apresentada pelo senador Roberto Saturnino, líder do PDT, com sete itens, seis deles ligados às negociações com o Fundo Monetário Internacional, desemprego, recessão e a seca nordestina. O outro item pedia o restabelecimento de eleições diretas para presidente da República.

O Nordeste, que figura entre os problemas econômicos mais debatidos no Senado, é tema de mais de um discurso diário, com queixas e advertências ao governo diante da gravidade dos problemas vividos pelos flagelados. São igualmente numerosos os projetos de lei encaminhados à Mesa com o conteúdo voltado para o Nordeste. Coube ao líder do PMDB, Humberto Lucena, por exemplo, propor a criação de um ministério extraordinário para o Nordeste, englobando os diferentes órgãos regionais que atuam na área, como a Sudene, Banco do Nordeste, Dnocs e outros.

Outro tema econômico que é levantado com frequência tanto por governistas como por oposicionistas é a da reforma tributária. Nos debates em plenário não tem havido divergências entre os parlamentares, todos convencidos da urgência dessa reforma.

Por sinal, coube a um senador governista, o ex-governador de Pernambuco Marco Maciel, formalizar proposta de emenda constitucional para a implantação de uma reforma tributária no País, tese igualmente defendida pelo líder pedetista Roberto Saturnino.

MINISTROS

O grande interesse pelo assunto levou o Senado a convocar este ano três ministros da área econômica: Delfim Netto e Ernane Galvêas, para debates sobre problemas cambiais, dívida externa e FMI; e Amaury Stabile, da Agricultura, para prestar esclarecimentos sobre o episódio da Capemi Agropecuária.

Mais recentemente, as denúncias de corrupção em áreas do governo motivaram os debates em plenário, a ponto de ser constituída comissão especial para "examinar e avaliar" o caso das relações comerciais entre o Brasil e a Polônia, denunciado pelo Estado e conhecido por "polonetas". A iniciativa partiu de um representante governista, o senador João Calmon, primeiro parlamentar a levantar o assunto no Congresso. O tema mereceu igualmente o interesse do oposicionista Itamar Franco, do PMDB de Minas, que agora preside a comissão especial.